

RESUMO - GT5: SOB AS SOMBRAS DO LEVIATÃ: ASCENSÃO DA
EXTREMA-DIREITA E A CRISE DA DEMOCRACIA

**DESINFORMAÇÃO ELEITORAL E MODERAÇÃO DE CONTEÚDO NO
BRASIL: PROTEÇÃO DEMOCRÁTICA OU CENSURA PRIVADA SOB O
LEVIATÃ DIGITAL?**

Thacylla Jessyka Leal Dantas (lthacylla@gmail.com)

A presente pesquisa analisa o fenômeno da desinformação no processo eleitoral brasileiro e os mecanismos de moderação de conteúdo utilizados pelas plataformas digitais, problematizando seus efeitos sobre a democracia e a liberdade de expressão. O tema revela-se relevante diante da centralidade das redes digitais como arenas de disputa política contemporânea e da crescente interferência informacional no processo democrático brasileiro. O presente estudo tem como objetivos: compreender como a desinformação influencia a opinião pública e a confiança nas instituições eleitorais; avaliar juridicamente e politicamente as práticas de moderação implementadas pelas plataformas digitais; e verificar se tais práticas constituem instrumentos legítimos de proteção ao processo democrático ou configuram formas de censura privada. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem documental e bibliográfica. Foram analisados o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relatórios técnicos oficiais, jurisprudência, além de estudos teóricos sobre democracia digital e fluxos de informação. A análise do discurso desinformacional foi articulada a partir da literatura contemporânea sobre redes sociotécnicas, economia da

atenção e poder algorítmico. Os resultados indicam que a disseminação de desinformação, sobretudo em períodos eleitorais, compromete a formação livre e informada da vontade política do eleitor e corrói a confiança nas instituições democráticas. Nesse contexto, plataformas digitais operam como um “Leviatã digital”, exercendo controle sobre visibilidade, hierarquização e circulação de discursos, sem accountability pública. Observa-se que a moderação de conteúdo, embora necessária ao combate da desinformação, carece de transparência e critérios uniformes, produzindo assimetria de poder entre usuários e intermediários tecnológicos. Conclui-se que o enfrentamento ao fenômeno requer modelos híbridos de governança informacional, com participação estatal, social e das plataformas, assegurando transparência procedimental e proporcionalidade entre combate à desinformação e proteção da liberdade de expressão, preservando assim a integridade do processo eleitoral brasileiro.

Palavras-chave: desinformação; democracia; plataformas digitais; moderação de conteúdo; liberdade de expressão; eleições; leviatã digital.